

**A.I. Nº** - 281906.0068/08-9  
**AUTUADO** - GLES MODAS CONFECÇÕES E CALÇADOS LTDA.  
**AUTUANTE** - LUIZ GONZAGA MELLO DE ALMEIDA  
**ORIGEM** - IFMT METRO  
**INTERNET** - 06/04/2009

### **3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF Nº 0057-03/09**

**EMENTA:** ICMS. EQUIPAMENTO DE CONTROLE FISCAL. FALTA DE INFORMAÇÃO, PELO USUÁRIO, DO PROGRAMA APLICATIVO UTILIZADO PARA ENVIO DE COMANDOS AO “SOFTWARE BÁSICO” DE EQUIPAMENTO DE CONTROLE FISCAL. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. MULTA. Reconhecido pelo autuante que antes da autuação já havia sido cumprida a obrigação. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O presente Auto de Infração, lavrado em 22/9/08, diz respeito à imposição de multa por não ter informado à Secretaria da Fazenda o programa aplicativo utilizado para envio de comandos ao “software básico” de equipamento de controle fiscal. Valor da multa: R\$ 1.380,00.

O contribuinte defendeu-se alegando que, ao verificar que o fornecedor do aplicativo não havia procedido à informação, fez a comunicação através do “site” da SEFAZ em 9 de setembro de 2008, dentro do prazo estabelecido pelo preposto fiscal, e imprimiu o comprovante, conforme cópia anexa. Diz que foi surpreendido com o presente Auto.

O fiscal autuante prestou informação falando da previsão estabelecida no art. 23 da Portaria nº 53/05, tendo sido constatado que o contribuinte não havia cumprido a obrigação, mas o fisco preferiu adotar procedimento mais cauteloso, e, ao invés de aplicar de pronto a penalidade prevista, intimou o contribuinte a comunicar o aplicativo utilizado. Aduz que, em consulta efetuada em 22 de setembro de 2008, o Sistema ECF não apontava o aplicativo utilizado pelo contribuinte. Considera o fiscal que o comprovante apresentado, com data anterior à referida consulta, sugere que o Sistema ECF apresentou alguma falha, e assim sendo não há como sustentar a presente autuação.

#### **VOTO**

A autuação diz respeito à imposição de multa por não ter sido informado à Secretaria da Fazenda o programa aplicativo utilizado para envio de comandos ao “software básico” de equipamento de controle fiscal.

A Portaria nº 53, de 20 de janeiro de 2005, prevê no art. 23 (redação dada pela Portaria nº 812/05) que os contribuintes do ICMS usuários dos programas aplicativos de que trata aquela portaria deveriam comunicar ao fisco, até 30 de junho de 2006, o nome e a versão do aplicativo que estivessem utilizando.

De acordo com o Termo de Intimação à fl. 5, o contribuinte teve oportunidade para cumprir a obrigação sem penalidade no prazo de 10 dias.

O contribuinte juntou prova à defesa de que o programa aplicativo em apreço havia sido informado à SEFAZ.

O fiscal autuante informou que em consulta efetuada em 22 de setembro de 2008 o Sistema ECF não apontava o aplicativo utilizado pelo contribuinte. Considera que o comprovante apresentado com

data anterior à referida consulta sugere que o Sistema ECF apresentou alguma falha, e assim sendo não há como sustentar a presente autuação.

Sigo a opinião do fiscal autuante, haja vista que ele reconhece que antes da autuação já havia sido cumprida a obrigação.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **281906.0068/08-9**, lavrado contra **GLES MODAS CONFECÇÕES E CALÇADOS LTDA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de março de 2009

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ – JULGADORA